EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA N.º 01, de 18 de novembro de 2020

LEI ALDIR BLANC- AUXILIO EMERGENCIAL DA CULTURA

O MUNICÍPIO, por meio do Comitê Gestor do Recurso Emergencial do Setor Cultural – Lei Aldir Blanc, estabelece e divulga as normas para o Edital de Seleção Pública Culturas Populares, respeitando os princípios da transparência, isonomia, legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, eficiência, equilíbrio na distribuição regional dos recursos, gratuidade e acesso à inscrição.

Este certame respeita os princípios da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, promulgada pelo Decreto nº 6.177, de 1º de agosto de 2007 e se destina a reconhecer e premiar pessoas físicas e instituições privadas com natureza ou finalidade cultural, praticantes das diversas expressões culturais populares, observadas as disposições dos artigos 215 e 216 da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 14017, de 29 de junho de 2020, do Decreto Federal nº 10.464, de 17 de agosto de 2020, e da Emenda constitucional 107, 02 de julho de 2020, no que lhe for aplicável e as normas estabelecidas neste Edital.

O edital contará com recursos na ordem de R$ 71.746,94 ( Setenta e um mil, setecentos e quarenta e seis reais e noventa e quatro centavos) para as premiações oriundas do programa instituído pela Lei Federal 14017/2020, consignados no orçamento do exercício de 2020 sob as seguintes dotações.

Pessoas jurídicas: 02.04.03.13.392.0247.2027.33903900 Ficha 216

Fonte 1.62.00

Pessoas físicas: 02.04.03.13.392.0247.2027.33904800 Ficha 500

Fonte 1.62.00

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
   1. A cultura popular é o conjunto de criações que emanam de uma comunidade, que reconhecidamente respondem às expectativas da comunidade enquanto afirmação de sua identidade cultural e social. Considerando a pluralidade de comportamentos e práticas sociais, os diferentes modos de se organizar e de viver a vida social e a diversidade de culturas existentes no Brasil, vislumbra-se a possibilidade de se pensar a cultura popular na perspectiva da circularidade cultural, propondo um diálogo entre a erudição e o popular e entre o tradicional e o moderno nas manifestações culturais da sociedade, partindo-se do ponto de vista das interferências mútuas entre essas vertentes.
   2. Assim, a Gestão Municipal, atendendo a determinação federal, aderiu às ações emergenciais de apoio aos realizadores de manifestações culturais, contribuindo para sua continuidade e para a manutenção dinâmica dos artistas e profissionais culturais.
   3. O presente edital compreenderá as seguintes fases:
2. Inscrição: fase de recebimento das iniciativas;
3. Habilitação: verificação da documentação solicitada pelo Edital de caráter eliminatório;
4. Classificação: análise e avaliação das iniciativas, de caráter meritório, classificatório e eliminatório, à qual serão submetidos somente os candidatos habilitados na fase anterior;
5. Homologação: resultado final do concurso, na qual são publicados os candidatos selecionados para recebimento do prêmio;
6. Convocação: prazo no qual os selecionados encaminham a documentação complementar exigida pelo Edital para o recebimento do prêmio;
7. Acompanhamento: envio do relatório descritivo das atividades desenvolvidas 06 (seis) meses após a emissão da ordem bancária.
   * 1. Entende-se por proponente habilitado aquele que encaminhar, no momento da inscrição, toda a documentação obrigatória solicitada no presente regulamento.
8. DO OBJETO
   1. O concurso visa reconhecer e premiar iniciativas já realizadas propostas por artistas, técnicos culturais, grupos/espaços culturais e pessoas jurídicas com natureza ou finalidade cultural.
   2. Serão premiadas iniciativas culturais que cumpram um ou mais dos objetivos abaixo:
      1. Efetivamente façam parte do oficio pertinente à realização de ações nas quais a cultura seja legitimada.
      2. Identificar, valorizar e dar visibilidade às atividades culturais protagonizadas por artistas, técnicos e pessoas jurídicas e às estratégias de preservação de suas identidades culturais.
      3. Incentivar a participação plena e efetiva dos técnicos da cultura , artista se pessoas jurídicas na elaboração, execução e avaliação de projetos, atividades, ações e iniciativas que envolvam as ações culturais por eles realizadas.
9. DOS RECURSOS E DA GESTÃO
   1. O edital contará com recursos provenientes da Política Pública criada pela Lei Federal 14.017, de 29 de junho de 2020, denomidada Lei Aldir Blanc, conforme a determinação legal, consignados no orçamento do exercício de 2020.
   2. Os recursos citados no item 3.1 destinar-se-ão exclusivamente à premiação das iniciativas selecionadas no certame.
   3. Na hipótese de novas dotações orçamentárias de crédito suplementar, poderão ser concedidos mais prêmios aos candidatos classificados, observando-se a ordem decrescente de pontuação e o prazo de vigência deste Edital.
   4. A gestão do Edital será realizada pelo Comitê Gestor do Recurso Emergencial do Setor Cultural – Lei Aldir Blanc.
10. DO PRAZO DE VIGÊNCIA
    1. O prazo de vigência do presente edital será até 31/12/2020.
11. DOS PRÊMIOS
    1. Prevê-se premiação com o valor individual de R$ 1.000,00 (mil reais) para técnicos da cultura e artistas (pessoas físicas), contemplando 27 (vinte e sete) participantes, e premiação com valor individual de R$ 2.000,00 (dois mil reais) para pessoas jurídicas ou grupos/espaços culturais com finalidade ou natureza cultural expressa, contemplando 17 (dezessete) participantes, e caso haja disponibilidade orçamentária e financeira, poderão ser concedidos mais prêmios, observando-se o prazo de vigência deste edital.
    2. Os prêmios serão divididos da seguinte forma:
12. 27 (Vinte e sete) prêmios para iniciativas de Técnicos da cultura e artistas(pessoas físicas);
13. 17 (dezessete) prêmios para pessoas jurídicas ou grupos/espaços culturais com finalidade ou natureza cultural expressa;
14. DOS CANDIDATOS
    1. Poderão concorrer no presente Edital:
15. na categoria “a” do item 5.2 deste Edital: técnicos da cultura e artistas (pessoas físicas);
16. na categoria “b” do item 5.2 deste Edital: Pessoas jurídicas ou grupos/espaços culturais com natureza ou finalidade cultural expressa;
17. DAS VEDAÇÕES
    1. É vedada a participação de candidatos que:
18. sejam Instituições integrantes do “Sistema S” (SESC, SENAC, SESI, SENAI, SEST, SENAT, SEBRAE, SENAR, e outros);
19. sejam pessoas jurídicas de direito público da administração direta ou indireta;
20. sejam membros do Comitê Gestor do Recurso Emergencial do Setor Cultural – Lei Aldir Blanc ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau;
    1. É vedada a inscrição de iniciativas cujos registros das atividades e ações não tenham sido desenvolvidas pelo candidato, sendo este motivo de eliminação em qualquer fase do Edital.
    2. As inscrições que incorrerem nas vedações do item 7 serão eliminadas em qualquer fase do Edital.
21. DAS INSCRIÇÕES
    1. A inscrição do candidato implicará na aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.
    2. Cada candidato poderá apresentar somente uma iniciativa para a seleção. Na hipótese de haver mais de uma inscrição por candidato, na mesma categoria descrita no item 5.2, será considerada a última inscrição enviada. Os materiais das inscrições anteriores serão descartados.
    3. Na hipótese de haver mais de uma inscrição por candidato em categorias distintas, todas as inscrições apresentadas por este candidato serão eliminadas em qualquer fase do Edital.
    4. Se uma pessoa jurídica e seu dirigente apresentarem candidaturas em categorias distintas, todas as inscrições serão eliminadas em qualquer fase do Edital.
    5. Caso seja detectada a inscrição da mesma iniciativa por candidatos diferentes, todas serão eliminadas em qualquer fase do Edital.
    6. As inscrições serão efetuadas em um período de 7 (sete) dias, compreendido entre os dias 18 e 27 de novembro de 2020, pela internet e presencial.

8.7 A documentação obrigatória prevista no presente regulamento deverá ser preenchida no formulário próprio, disponível na página eletrônica [https://www.prefeituratombos.mg.gov.br/cadastro-cultural.html,](https://www.prefeituratombos.mg.gov.br/cadastro-cultural.html,%20) no período de 18 de novembro até às 23h59h00 do dia 27 de novembro de 2020 do horário oficial de Brasília.

* 1. Os candidatos que já enviaram documetação comprobatória no período de mapeamento da cadeia produtiva da cultura de Tombos, realizada no período de 18 a 27 de setembro, deverão complementar sua inscrição com as informações faltantes conforme descritas nos itens 8.10.1 e 8.10.2.
  2. A Gestão Municipal não se responsabiliza pelo extravio de documentação decorrente de falha técnica, greve ou outro problema ocorrido para o envio da inscrição.
  3. Para participar do Edital, os candidatos deverão fazer chegar ao Comitê Gestor suas inscrições, anexando os seguintes documentos abaixo, considerados obrigatórios para a habilitação da inscrição, observada a documentação pertinente a cada categoria:
     1. pessoas físicas (técnicos da cultura e artistas):
        1. formulário de inscrição preenchido online ou presencial;
        2. anexo da cópia do documento de identificação e do CPF;
        3. anexo do comprovante de residência no municipio;
        4. cópias de materiais que permitam aos avaliadores conhecer a atuação do(a) proponente tais como: cartazes, folders e fotografias (fotografias, folhetos, matérias de jornal, páginas da internet e outros materiais).
     2. Pessoas jurídicas/grupos culturais:
        1. cópia do documento de identificação e do CPF do(a) dirigente da instituição ou grupo/espaço cultural;
        2. formulário de inscrição preenchido online e presencial;
        3. comprovante de inscrição e situação cadastral no CNPJ, se for o caso;
        4. cópias de materiais que permitam aos avaliadores conhecer a atuação do proponente, tais como: cartazes, folders e fotografias (folhetos, matérias de jornal, páginas da internet e outros materiais).
  4. Para todas as categorias descritas no item 8.10, serão considerados como documento de identificação cédula de identidade expedida por Secretaria de Segurança Pública, carteira de identidade expedida pelo Corpo de Bombeiros ou Polícia Militar, passaporte brasileiro, carteira nacional de habilitação, carteira de identidade expedida por órgão fiscalizador do exercício de profissão regulamentada por lei e carteira de trabalho e previdência social-CTPS.
  5. Todos os anexos e demais documentos deverão ser preenchidos no Formulário de Inscrição.
  6. Não serão aceitas complementações, modificações ou substituições de dados e de anexos, após o envio de sua inscrição. Tampouco serão aceitas as inscrições que não se apresentem de acordo com os prazos e exigências do presente Regulamento.
  7. Os candidatos que enviarem cópias ilegíveis de qualquer material solicitado no item 8.10 serão inabilitados.
  8. O ônus decorrente da participação neste edital, incluídas as despesas com emissão de documentos, é de exclusiva responsabilidade do candidato.

1. DA HABILITAÇÃO
   1. Ao Comitê Gestor do Recurso Emergencial do Setor Cultural – Lei Aldir Blanc, compete a habilitação dos candidatos.
   2. A candidatura que não for apresentada na forma e nos prazos estabelecidos no item 8 e seus subitens será inabilitada.
   3. O resultado inicial da etapa de Habilitação será divulgado pelo município, em meio eletrônico fazendo constar na publicação:
2. - Nome da iniciativa;
3. - Nome do Candidato;
4. - Motivo da inabilitação (quando for o caso).
5. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO
   1. A Comissão de Seleção, responsável pela avaliação das iniciativas na fase de classificação deste edital, é formada pelo Comitê Gestor do Recurso Emergencial do Setor Cultural – Lei Aldir Blanc.
   2. O membro da comissão de seleção, titular ou suplente, fica impedido de avaliar iniciativas:
6. - nas quais tenha interesse pessoal;
7. - em cuja elaboração tenha participado;
8. - de pessoa jurídica de que tenha participado;
9. - de candidato contra o qual esteja litigando judicial ou administrativamente; e
10. - de candidato com o qual tenha relação de parentesco ou afinidade até o terceiro grau;
    1. Os impedimentos descritos no item 10.2 aplicam-se igualmente ao membro cujo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, incorra em alguma das hipóteses nele descritas.
    2. O membro que tiver qualquer dos impedimentos descritos no item 10.2 deve comunicar o fato à Comissão de Seleção, desistindo voluntariamente de atuar, sob pena de nulidade de todos os atos que praticar.
    3. Os trabalhos realizados pelos membros da Comissão de Seleção durante o processo seletivo deste edital não ensejam remuneração específica.
    4. Os trabalhos da Comissão de Seleção serão registrados em ata.
11. DA FASE DE CLASSIFICAÇÃO
    1. A Comissão de Seleção atribuirá nota de 0 a 100 (zero a cem) pontos e observará os benefícios culturais, sociais e econômicos oferecidos às comunidades, de acordo com os seguintes critérios e pontuações para as seguintes categorias:
12. - Para Técnicos da cultura e artistas(pessoa física):

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO | | Mínima | Máxima |
| I | Documentação comprobatória: memória das ações culturais que expressem a atuação do proponente por meio de registro (fotos, textos escritos e similares) e autodeclaração. | 0 | 40 |
| II | Tempo de atuação como técnico ou artista. (02 ponto por ano, até o limite de 60 pontos). A comprovação deve ser realizada através de autodeclaração. | 0 | 60 |
| Total Geral | | | 100 |

1. - Para Pessoas Jurídicas, espaços e grupos culturais:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO | | Mínima | Máxima |
| I | Alvará de localização e funcionamento - Exercício 2020 | 0 | 20 |
| II | Documentação comprobatória: memória das ações culturais que expressem a atuação do proponente por meio de registro (fotos, textos escritos e similares) e autodeclarção. | 0 | 20 |
| III | Tempo de atuação como grupo/espaço cultural (01 ponto por ano, até o limite de 25 pontos). | 0 | 20 |
| IV | Possuir funcionários. A comprovação deve ser realizada através de autodeclaração. | 0 | 20 |
| V | Ser definido como Patrimônio Cultural Imaterial de Minas Gerais. | 0 | 20 |
| Total Geral | | | 100 |

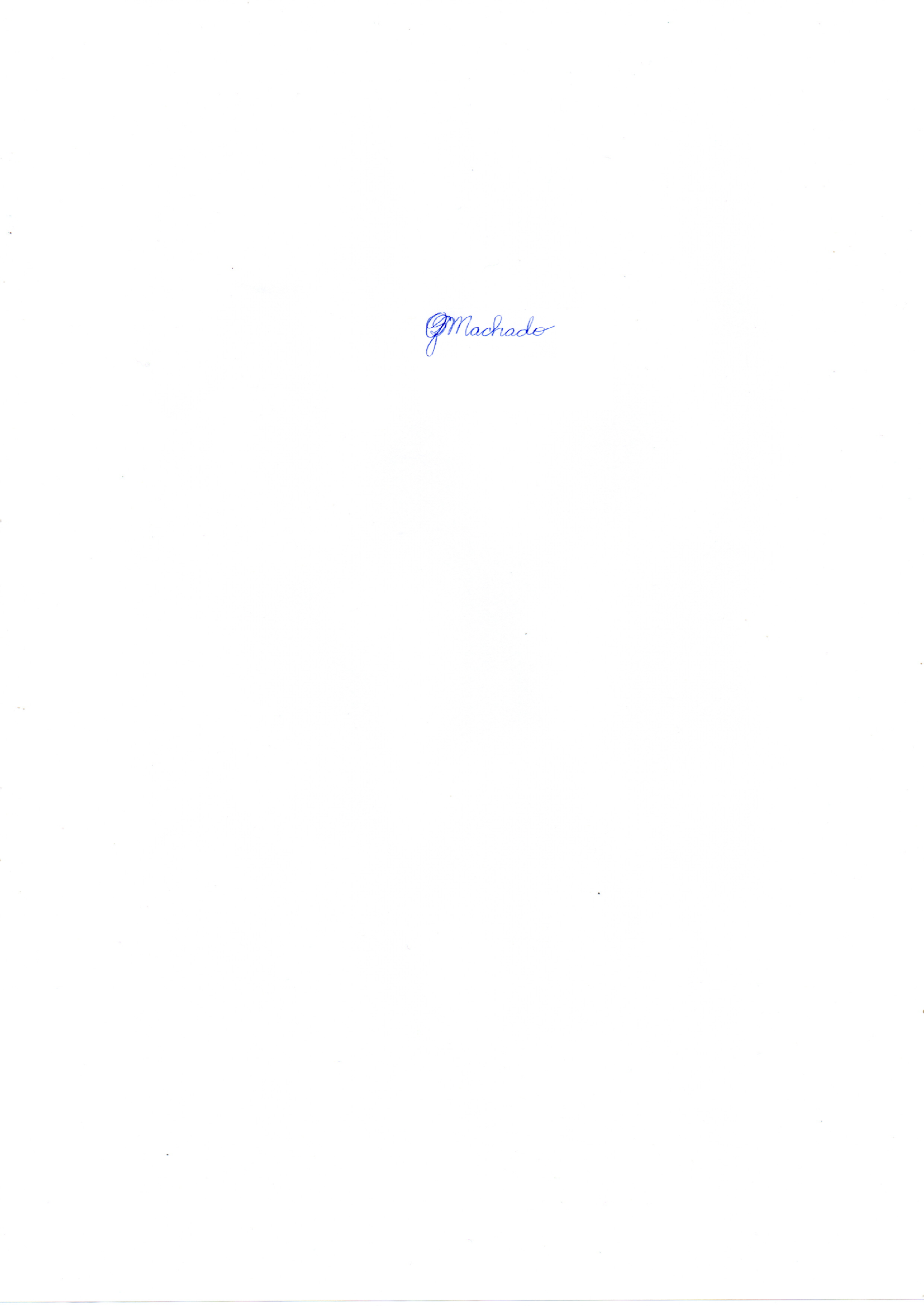
* 1. Todas as inscrições habilitadas serão avaliadas e classificadas seguindo a ordem decrescente das notas finais.
  2. Será eliminada em qualquer fase do Edital a candidatura que tiver sua atuação e/ou material comprovadamente associado ao desrespeito aos direitos humanos.
  3. O resultado inicial da etapa de Classificação será registrado em ata e divulgado pelo município, fazendo constar na publicação:

1. - Nome da iniciativa;
2. - Nome do candidato;
3. - Nota obtida na avaliação.
4. DA HOMOLOGAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS
   1. O município divulgará mediante publicação em redes sociais e no site da prefeitura (como é permitido pela Emenda Constitucional 107/2020) a homologação do resultado final do edital, fazendo constar na publicação:
5. - Nome da iniciativa;
6. - Nome do candidato;

IV- Valor do prêmio.

* 1. Os responsáveis pelas iniciativas culturais selecionadas deverão ser comunicados por e-mail, isentando-se a Gestão Municipal da responsabilidade por problemas técnicos que por ventura impliquem no não recebimento da mensagem pelo destinatário.

1. DA CONVOCAÇÃO
   1. Os candidatos convocados para o recebimento do prêmio terão o prazo de 7 (sete) dias corridos contados a partir data de publicação para realizar retificações na forma de documentação complementar.
   2. Caso o candidato selecionado não tenha indicado os dados bancários no ato da inscrição ou deseje alterá-los, deverá fazê-lo no prazo previsto no item 13.1.
   3. As retificações deverão ser enviadas exclusivamente para o endereço eletrônico (e-mail) [auxiliocultural.tombosmg@gmail.com](mailto:auxiliocultural.tombosmg@gmail.com).
2. DO REPASSE DOS RECURSOS
   1. Os prêmios serão pagos segundo a disponibilidade financeira da rubrica orçamentária destinada ao Edital.
   2. O prêmio aos candidatos está condicionado à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como mera expectativa de direito.
   3. No caso de pessoas jurídicas, o prêmio será pago exclusivamente em conta corrente que tenha a entidade como titular. No caso de grupos/espaços culturais, o prêmio será pago ao responsável cadastrado através do seu CPF.
   4. No caso de pessoas físicas, o prêmio será pago em conta corrente ou poupança de acordo com a regulamentação da Lei Federal 14017/2020.
   5. A Gestão Municipal não se responsabilizará por eventuais irregularidades praticadas pelos proponebntes, acerca da destinação dos recursos do Prêmio.
3. DO ACOMPANHAMENTO
   1. O candidato deverá encaminhar à Gestão Municipal, em 06 (seis) meses a partir da data da emissão da ordem bancária, relatório contendo o detalhamento das ações pagas/realizadas com o valor recebido. ***Fica vedado que os valores recebidos sejam destinados à compra de bebida alcóolica, cigarros e similares***.
   2. O relatório de atividades deverá ser encaminhado em arquivo único (até 10MB) pelo email [auxiliocultural.tombosmg@gmail.com](mailto:auxiliocultural.tombosmg@gmail.com).
   3. Os premiados poderão receber visitas técnicas, destinadas ao acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos com a implantação do presente Concurso.
4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
   1. É de responsabilidade da gestão municipal o acompanhamento, a supervisão e a fiscalização de todos os atos administrativos do presente Edital, podendo tomar providências em caso de eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo.
   2. As peças promocionais relacionadas à premiação deverão ter caráter educativo, informativo ou de orientação social e não poderão trazer nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nem haver conotação político-partidária, obedecendo também à Lei n.º 9.504, de 30 de setembro de 1997.
   3. O apoio concedido poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais.
   4. O ato de inscrição implica no conhecimento e na integral concordância do candidato com as normas e com as condições estabelecidas no edital.
   5. As iniciativas inscritas, selecionadas ou não, passarão a fazer parte do cadastro da Gestão Municipal para fins de pesquisa, documentação e mapeamento da produção cultural brasileira.
   6. Não serão fornecidos atestados, certificados ou certidões relativos à classificação ou nota do candidato.
   7. A gestão municipal reserva-se o direito de realizar comunicações por meio de correio eletrônico (e-mail) ou telefone, exceto as informações ou convocações que por força de lei ou deste edital exijam publicações específicas.
   8. O candidato deverá manter atualizado o seu endereço e outros dados cadastrais junto à gestão municipal.
   9. O candidato será o único responsável pela veracidade dos documentos encaminhados, isentando a Gestão municipal de qualquer responsabilidade civil ou penal.
   10. Os prazos previstos neste edital iniciam e terminam em dia útil. No caso de o prazo final de qualquer etapa coincidir com data de feriado, final de semana, ou ponto facultativo, será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.
   11. Os casos omissos constatados na fase de classificação serão resolvidos pela comissão de seleção durante as reuniões para avaliação e para julgamento dos pedidos de reconsideração.
   12. Os casos omissos constatados após a fase de classificação serão resolvidos pelo(a) presidente da comissão de seleção.
   13. Ao se inscrever, o candidato garante a inexistência de plágio na iniciativa, assumindo integralmente a autoria e respondendo exclusivamente por eventuais acusações ou pleitos nesse sentido.
   14. O presente Edital ficará à disposição dos interessados no portal eletrônico da Gestão Municipal <https://www.prefeituratombos.mg.gov.br/cadastro-cultural.html>.
   15. O material apresentado para fins de inscrição em nenhuma hipótese será restituído ao candidato, independente do resultado da seleção, cabendo à gestão minicipal sua destinação.
   16. Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na eliminação da inscrição.
   17. Dúvidas e informações referentes a este Edital poderão ser esclarecidas e/ou obtidas junto à gestão municipal, através do email [auxiliocultural.tombosmg@gmail.com](mailto:auxiliocultural.tombosmg@gmail.com).

****

Gina Sacre Machado

Secretário Municipal de Educação e Cultura

****

Luciene Teixeira de Moraes

Prefeita Municipal

**CRONOGRAMA**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **EVENTO** | **Prazo** | **Data** |
| Publicação do Edital | - | 18/11/2020 |
| Inscrições | 07 dias | 18/11/2020 a 27/11/2020 |
| Avaliação das Iniciativas e Divulgação do Resultado | 3 dias úteis | 30/011/2020 a 02/12/2020 |
| Recursos | 02 dias úteis | 03/12/2020 a 04/12/2020 |
| Julgamento dos Recursos | 01 dias úteis | 07/12/2020 |
| Publicação do Resultado após Recursos | - | 08/12/2020 |
| Publicação do Resultado com relação dos Proponentes Habilitados a serem Premiados | - | 08/12/2020 |
| Pagamento da Premiação | 5 dias úteis | Até 14/12/2020 |